

Relações Internacionais e Política Externa na América Latina: Neoliberalismo na ALC

Simone de Fátima Ferreira Sá

Resumo:

A América Latina trata-se de uma região de intenso dinamismo político, social e econômico, especialmente, no que cerne a sua atuação e relevância no âmbito internacional. Fator comprovador é o de que a sua importância pode ser percebida no âmbito das Relações Internacionais e contemporâneas em aspectos que são cruciais para vários atores internacionais de peso, como os Estados Unidos, a União Europeia ou a China. Essa região, a América Latina, é dotada de recursos que nos chamam ao debate como, por exemplo, as questões dos recursos energéticos e hídricos, a migração internacional, o desenvolvimento econômico acelerado, o narcotráfico, o investimento em tecnologia e a projeção política internacional de vários de seus países, que vem chamado a atenção no âmbito internacional. Além disso, acresce-se o fato de que após a experiência dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), têm-se que o leste europeu sendo essa a segunda região a aplicar o programa neoliberal, sendo mais tarde tal proposta alcançaria a ALC (América Latina e Caribe). Diante disso, foi possível observar que o projeto neoliberal com feições diversas apesar de testado na América Latina e no Caribe entre os anos de 1970 a 1990 foi questionado ao findar dessa década, cedendo lugar às políticas mais progressistas, mas sem ser completamente abandonado na maioria dos casos. Por isso, há quem diga que o neoliberalismo na ALC, ainda é um ciclo inconcluso.

Palavras-chave: neoliberalismo. Relações internacionais. ALC. Política externa.

Abstract:

Latin America is a region of intense political, social and economic dynamism, especially in what concerns its performance and relevance in the international sphere. It is a proven fact that its importance can be perceived in the context of International and contemporary relations in aspects that are crucial for several important international actors, such as the United States, the European Union or China. This region, Latin America, is endowed with resources that call us to debate such as: energy and water resources, international migration, accelerated economic development, drug trafficking, investment in technology and political projection international level in several of its countries, which has attracted international attention. In addition, the fact is that after the experience of the countries of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), Eastern Europe is the second region to apply the neoliberal program, which later on this proposal would reach LAC. In view of this, it was possible to observe that the neoliberal project with diverse features despite being tested in Latin America and the Caribbean between the years of 1970 and 1990 was questioned at the end of this decade, giving way to more progressive policies, but without being completely abandoned in the majority of cases. Therefore, some say that neoliberalism in LAC is still an unfinished cycle.

Keywords: neoliberalism. International relations. ALC. Foreign policy.

Resumen:

América Latina se trata de una región de intenso dinamismo político, social y económico, especialmente en lo que se refiere a su actuación y relevancia en el ámbito internacional. El factor probatorio es que su importancia puede ser percibida en el ámbito de las relaciones internacionales y contemporáneas en aspectos que son cruciales para varios actores internacionales de peso, como Estados Unidos, la Unión Europea o China. Esta región, América Latina, está dotada de recursos que nos llaman al debate como, por ejemplo, las cuestiones: de los recursos energéticos e hídricos, la migración internacional, el desarrollo económico acelerado, el narcotráfico, la inversión en tecnología y la proyección política internacional de varios de sus países, que viene llamando la atención en el ámbito internacional. Además, se añade el hecho de que tras la experiencia de los países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), se tiene que el este europeo siendo la segunda región en aplicar el programa neoliberal, que más tarde tal propuesta alcanzaría a ALC. Por lo tanto, fue posible observar que el proyecto neoliberal con diversas facetas a pesar de ser probado en América Latina y el Caribe entre los años 1970 a 1990 fue cuestionado al término de esa década, cediendo lugar a las políticas más progresistas, pero sin ser completamente abandonado en la mayoría de los casos. Por eso, hay quien dice que el neoliberalismo en ALC, todavía es un ciclo inconcluso.

Palabras clave: neoliberalismo. Relaciones Internacionales. ALC. Política externa.

INTRODUÇÃO

Em virtude da acelerada expansão da economia mundial durante o período conhecido como a “era de ouro”, o capitalismo que se deu, especificamente, nos anos de 1945 a 1973, pouca foi a credibilidade dada aos neoliberais contra os perigos representados por qualquer controle de mercado por parte do Estado. Diante disso, a partir de 1974 as concepções neoliberais ganharam força em virtude da estrondosa crise econômica então vigente desde o após a Segunda Guerra Mundial. Crise essa que alcançou tanto os países capitalistas desenvolvidos quanto aos subdesenvolvidos, resultando em um profundo contexto de recessão (HOBSBAWM, 2001). Grande parte dos estudiosos, afirmam ter ocorrido isso em virtude dos modelos de produção fordista e keynesianista terem apresentado dificuldades em conter as contradições inerentes ao capitalismo, tendo em vista que paralelamente surgia um novo regime de “acumulação flexível” e deveriam, portando, saber lidar com isso (HARVEY, 2005).

Nessa feita, o desafio pairava em controlar e manter o Estado forte em sua capacidade de romper com o poder sindical atrelado a uma organização orçamentária o que requereria a

necessidade de contrarreformas fiscais, controle dos impostos e restrição das despesas sociais. Atrelado a isso tinha-se a necessidade da manutenção de um Estado débil nos gastos sociais e nas intervenções econômicas, abrangendo toda a espécie de desregulamentação, desfiscalização e privatizações dos serviços públicos. Tudo isso com o objetivo fim de restaurar e normalizar o desemprego e o exército de reserva de trabalhadores, em prol de “uma nova e saudável desigualdade”, terminologia essa utilizada por Anderson (1995) que afirmava que o sistema capitalista, necessariamente, precisava garantir a estabilidade monetária e que a desigualdade faz-se “necessária” nesse sistema. Para que ao fim, fosse possível alcançar a proposta que é a de expandir as taxas de lucro, dinamizar as economias capitalistas e restaurar as taxas de crescimento que se encontravam abaladas pela crise de princípios dos anos 1970.

A fim de que houvesse a implantação do sistema neoliberal foi proposto um conjunto articulado de cinco reformas estruturais no ordenamento sociopolítico, tendo por objetivo implementar na sociedade uma economia de mercado. Assim, esse projeto neoliberal foi testado na América Latina e no Caribe desde o seu embrião no Chile por volta dos anos 1970 até expandir-se nos anos de 1990 sendo questionado ainda nessa década. O debate e críticas em torno desse modelo pairava em torno da necessidade de às políticas serem mais progressistas, sobretudo a partir das características e peculiaridades de cada um dos países latino-americanos e caribenhos vem demonstrando.

Sendo assim, tomando por base esse panorama ora exposto, o presente artigo tem por objetivo, conforme demonstra o seu título, examinar as metamorfoses econômicas, políticas e sociais na ALC no decorrer do período neoliberal em pleno curso na maior parte da região. Para tanto, faz-se necessário contextualizar o que vem a ser o ALC e sua importância no contexto internacional, para que em seguida seja trabalhado o neoliberalismo nesse cenário, seus impactos e aplicações diversas.

1.1 a região da América Latina e do Caribe (ALC) na agenda internacional

Tomando por base o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o seu relatório divulgado pela Global Harvest Initiative (GHI) conjuntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a região da América Latina e do Caribe são consideradas na atualidade um notório potencial. Vez que, dentre várias características e potencialidades detêm de recursos naturais que se otimizados, mediante a produção agrícola, seria capaz de alimentar uma população global de nove bilhões de pessoas em 2050, desde devidamente fossem implementadas políticas chave para

reforçar a produtividade agrícola. Baseado nessa afirmativa vários parceiros e organizações têm surgido para potencializar a América Latina e o Caribe nesse celeiro global de desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, correlacionar a ideia de sustentabilidade.

A reportagem afirma ainda que fatores como o crescimento populacional e as mudanças climáticas serão um dos agentes da próxima década o que resulta em grande pressão nesse setor econômico, o agrícola, e isso mudará o contexto internacional como um todo. Descreve ainda que “o Próximo Celeiro Global ficará a cargo da América Latina e Caribe (ALC) para ambos enfrentem esse desafio, bem como se atebten a oportunidade de com isso aumentar o desenvolvimento, reduzir a pobreza e apoiar o progresso social em toda a região”.

Quanto à importância da ALC, destaca a Dra. Margaret M. Zeigler, diretora executiva da GHI:

A América Latina tem um potencial enorme para ajudar a atender à crescente demanda do planeta por alimentos, rações, fibras e combustível, de forma sustentável e produtiva. Ao colocar em prática uma agenda abrangente de políticas pró-agrícolas, a região pode atrair os investimentos e inovações para se tornar o celeiro global do século 21.

Vale destacar que atualmente, a América Latina e o Caribe são responsáveis por 11% do valor da produção de alimentos do mundo, o que significa que 24% das terras aráveis compõem essas regiões. Quantitativamente, isso significa que aproximadamente 28% das terras do mundo identificadas como de médio e alto potencial para a expansão sustentável para o cultivo 36 % da participação de terra que estão ao alcance do mercado em um máximo de seis horas de mercados locais.

Embora atualmente, a ALC seja uma das maiores regiões exportadoras do mundo, nem todo o seu potencial de produção agrícola foi alcançado, afirma o especialista sênior de operações da BID Ginya Truitt Nakata. Complementa ainda que os "próximos 10 a 20 anos oferecem uma janela crítica de oportunidade para avançar em novas formas de agricultura produtiva e ambientalmente sustentável na região". Nessa feita, tratando-se da necessidade de desenvolvimento e alcance da maior potencialização de produção em prol do bem comum, há que se chamar a baila a necessidade de junção dos setores públicos e privados com esse fim.

Nesse contexto, as políticas neoliberais ganhavam cada vez mais força. Assim, decorridas as experiências dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seguida foi a vez do leste europeu sendo essa a segunda região a aplicar o programa neoliberal em seus programas de Estado. Mais tarde atingiria também a ALC, dessa forma, teve início através de um golpe de Estado no Chile, motivado pelo general Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973. Outra experiência prematura na América Latina se deu na Bolívia, nos anos de 1985. No entanto, foi a partir de 1988, e sob a presidência de Carlos Salinas de Gortari, no México,

que de facto iniciou-se a o neoliberalismo na ALC. Sobre a instauração do neoliberalismo na ALC, Vargas e Costa (2017), complementa que:

Ela se agudizou em 1989, com a vitória de Carlos Menem na Argentina e a reeleição de Carlos Andrés Perez na Venezuela, e, em 1990, com a eleição de Alberto Fujimori no Peru. No Brasil, o neoliberalismo começou no final da década de 1980, ainda no governo de José Sarney. A versão brasileira do neoliberalismo foi particularmente diferente dos outros países da região, isto porque no Brasil o neoliberalismo além de não poder contar com soluções de força, ainda teve de enfrentar uma forte elite industrial protegida pelo Estado e uma forte resistência do movimento social e político ideologicamente à esquerda – no Chile e na Argentina, o neoliberalismo conseguiu se impor muito mais cedo, dada a derrota da esquerda e do movimento popular nestes países.

Quanto ao avanço do neoliberalismo no Brasil, especificamente, Sader (2009, p. 83)

elencas que:

O avanço neoliberal no Brasil tomou a ofensiva no governo Fernando Collor de Melo, mas foi barrado pela sociedade por meio de suas organizações mais potentes. Durante a primeira parte do governo de Itamar Franco, “a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas [...] precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (OLIVEIRA, 1995, p. 26). Progrediu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e, para perplexidade e frustração de muitos (e o alívio de outros poucos), prosseguiu na política econômica implementada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Em verdade, esses dois últimos governos estabeleceram uma difícil e contraditória convivência da hegemonia do capital financeiro (dada a autonomia efetiva do Banco Central, a continuidade da política financeira de FHC que prioriza o ajuste fiscal e à estabilidade monetária) com políticas sociais mais ativas – de cunho redistributivo – e uma política externa mais autônoma

Nesse contexto, é possível inferir que a ideologia neoliberal encontrou o contexto propício para a sua ploriferação na ALC em virtude da alta peso da dívida externa que esses países detinham. Diante disso, as recomendações do Consenso de Washington foram largamente aplicadas por governos da região, mesmo por àqueles eleitos com o discurso de buscar alternativas de política econômica. Sendo seus efeitos sentidos tempos depois através do surgir de uma massa de desempregados, de sem terra, sem teto, dentre outros.

Complementarmente, Boron (2006) salienta que em virtude do avanço neoliberal iniciado nos anos 1980 e que em dez anos atingiu praticamente a todos os países da região e foi responsável por deliberar várias ações como: o enfrentamento dos monopólios, os transnacionais e as porções localizadas do capital, acrescido aos desafios que perpassavam a implementação e sustento das diversas regulações mercantis; além da adoção de políticas atreladas a não possibilidade de ruptura com essas políticas de porpostas estruturais preconizadas por instituições internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e outras. Gerando assim,

concentração de renda, congelavam salários, privatizavam empresas, seguridade social e ações públicas em geral (BORON, 2006, p. 510-518).

No entanto, o referido autor, salienta ainda que os resultados dessas reformas liberalizantes não foram satisfatórias para a ALC, visto que em resposta que se teve foram: reduzido número de crescimento econômico, exclusão social, precarização das relações de trabalho e de vida, expansão do desemprego, e, por conseguinte da violência e da instabilidade política, dentre outras consequências. O que fez surgir uma onda de resistência e de movimentos sociais ante as ações neoliberais e capitalistas, sendo essa região marcada como símbolo de resistência que se manifestou das mais diversas formas, desde a luta em favor dos índios, mulheres, órgãos coletivos de representação, organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais e juvenis, dentre outros, cuja finalidade era atentar contra os reflexos negativos das práticas neoliberais (SADER, 2009).

Bem se sabe que o Consenso de Washington propôs diversas medidas, dentre elas destaca-se a abertura econômica, a privatizações, a desregulamentação e a flexibilização, medidas adotadas pelo países da ALC que tiveram por resultados a agitação dos movimentos sociais, conforme supracitado. Tendo como reflexo disso, o âmbito político/ eleitoral na qual esses espaços passaram a ser dominados pela esquerda, exemplo disso têm-se a presença de representantes como Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, os Kirchner na Argentina, Lula e Dilma no Brasil, Michelle Bachelet no Chile, Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai, Rafael Correa e Lenín Moreno no Equador, Tabaré Vazquez e José Mujica no Uruguai.

No entanto, não tardou em surgir ações propostas pelos neoliberais tentando reverter tal contexto, mediante a ampliação de espaços de atuação de formas expansivas quando da preponderância do ciclo progressista na região, mediante a regressões nos planos econômicos, político e social, apontando e o quão frágeis foram as duras conquistas de décadas passadas. O Brasil bem o demonstra, como veremos um pouco mais detidamente adiante. Mas por agora vejamos algumas das estatísticas oficiais e suas interpretações sobre o desempenho econômico contemporâneo da ALC e alguns de seus impactos sobre as condições de trabalho e de vida na região, com base em estudos publicados pela CEPAL e por algumas das agências multilaterais ligadas à ONU.

1.2 Situação atual da ALC: análise econômica, sob a ótica do trabalho e da vida na região

O comércio internacional influenciou de forma determinante a conjuntura atual do mercado econômico da ALC, principalmente, no que diz respeito aos valores destinados as matérias primas. Em análise comparativo da movimentação financeira desses países é possível identificar que o produto interno bruto (PIB) da região em distintos momentos, especialmente no que cerne ao período compreendido de 1990 a 2015, têm-se um notório crescimento, que representa 2,9% deste no ano 1990 que já nos século XXI representa a margem dos 3,2%. Isso significa dizer que o crescimento moderado no período de 1990 e 2002 é resultado da redução dos investimentos externos oriundos do mercado internacional, representado pela sigla IDE (investimento direto internacional) o que desaceleração do comércio exterior resultando na queda dos preços das commodities.

Ainda sob a ótica dessa análise do setor econômico e do breve crescimento dos países latinos, Vargas & Costa (2017, p.58) salientam que:

[...] entre os anos de 2003 e 2008 houve reversão dessa tendência e um rápido crescimento que conduziu a maioria dos países da região a vivenciar as mais expressivas taxas de crescimento da história recente. Como resultado do chamado boom das commodities – impulsionado pelo crescimento chinês – a economia regional alcançou taxa média anual de crescimento de 4,7% nesses cinco anos, a maior desde as décadas de 1960 e 1970 (quando apresentou uma média de 5,8%). Entretanto, enquanto desse auge, alguns dos motores do crescimento começaram a debilitarse, sobretudo na segunda metade da década de 2000, destaque para os fluxos de IDE bem como a demanda por exportações regionais, agravada pela eclosão da crise econômico-financeira em 2008. Esses eventos combinados expuseram a região a uma queda abrupta dos preços das commodities, o que afetou os termos de troca e degenerou em uma contração econômica da ordem de 1,3%. Dado esse contexto, a taxa de crescimento médio dessa década foi de apenas 3,2%. Os anos seguintes à crise revelaram uma significativa recuperação da economia, sendo que entre 2010 e 2013 a taxa média de crescimento foi de 4,2%. Os baixos níveis de dívida pública, a acumulação de volumes históricos de reservas internacionais, dentre outros indicadores favoráveis, permitiram o fortalecimento da capacidade de resistência ante a crise e possibilitou que em vários países se implementassem políticas contracíclicas que estimularam a demanda interna e preservaram melhorias sociais logradas desde o início dos anos 2000.

No que cerne a análise financeira há de elenca-se a relevância da compreensão da distribuição funcional da renda, ou seja da movimentação da massa salarial que representa a renda nacional destinada ao mercado de trabalho. Seguindo esse entendimento, Tosoni (2014), dedicou-se a estudar de modo comparativo e crítico a relação entre a massa salarial e o PIB na América Latina dos anos compreendidos entre 1950 e 2011. Assim, identificou que os valores mais significativos na perspectiva do mercado de trabalho encontraram-se no findar da década de 1960 e início da década de 1970. Ademais, identificou-se que nos anos noventa a participação da economia no mercado de

trabalho foi relativamente alta, embora menor em comparação com o período anterior. Mas, nos anos seguintes, especialmente no início dos anos 2000 foi possível perceber uma queda da participação do salário no PIB. Havendo um crescimento entre os anos de 2005 a 2011, especialmente, no que concerne aos resultados oriundos do Brasil e da Argentina, em virtude das políticas e programas neles implementados destinados a distribuição funcional da renda nesses locais.

A respeito dessa representação no mercado de trabalho e da participação da ALC no mercado internacional a Organização Internacional do Trabalho no ano de 2016 afirmou que a menor atividade econômica atual reflete tendências que perpassam além da queda da quantidade de trabalhadores assalariados, como, também, do aumento dos empregos por conta própria e a redução nos salários formais, dentre outros efeitos oriundos desse setor econômico. Afirmou a OIT (2016) que o mercado informal teve aumento considerável nos últimos anos, reduzindo a proteção dos trabalhadores tanto na perspectiva legal quanto econômica além de refletir na renda local desses. Ainda de acordo com o referido informe, entre 2017 e 2019 conta-se que a informalidade é uma das tendências previstas para o mercado de trabalho da ALC, contrária à da década anterior.

Paralelo a isso, foi composto um documento pela OCDE juntamente com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e a CEPAL (OCDE/CEPAL/CAF, 2016), demonstrando que na América Latina cerca de 40% dos jovens não participam da economia formal dos seus países, e desse montante 60% deles são mulheres e jovens, o que reflete o ingresso precoce em atividades informais que mais tarde resulta em sérias dificuldades de inserção nas atividades formais, regulamentadas. No entanto, esse contexto de desigualdade e marginalização faz parte do processo histórico desses países sendo até o momento efetiva solução.

Dessa forma, apesar dos “avanços”, implementações de políticas e programas a população latino-americana ainda encontrava-se em situação de pobreza e indigência, contexto esse agravado na década de 90, na qual cerca de 70% da população encontrava-se nessa margem. Nos anos de 2002 houve significativa melhora, na qual essa população passava a representar a quantidade de 40% entre 2013 e 2014 – quantidade essa que apesar de menor, comparado aos anos anteriores, ainda abaixo do desejável. Quantidade essa que tem progredido nos anos seguintes, fato é que nos anos de 2015 cerca de 250 milhões de pessoas encontravam à margem da sociedade, representando 42% dessa.

Contexto esse, que demonstra a necessidade de maior compreensão dos seus percalços econômicos e influências externas que assolam a ALC, especialmente nos anos vigentes, que em virtude dos desdobramentos políticos e econômicos instáveis, o cenário é de redução das condições da qualidade de vida, ocasionando, conseqüentemente, no aumento do desemprego, redução do crescimento e pressões inflacionárias (aumento dos preços dos alimentos, por exemplo, países

populosos como Brasil e Venezuela), como visto nos tópicos anteriores – de países populosos como o Brasil e a Venezuela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fato é que ao analisar os rumos tomados pela diversidade dos mais de trinta países da que compõem a ALC identifica-se que os modelos de governança demonstram a complexidade do projeto neoliberal. Acrescido a isso, faz-se necessário maior compreensão das forças e fluxos que atuaram e que atuam para o “desenvolvimento geográfico desigual” frutos da neoliberalização. É possível inferir que, quanto mais intensa a adoção dos moldes neoliberal tanto mais nefasto foram e são os seus resultados, tanto na perspectiva econômica quanto no político e no social.

Tal afirmativa, deve ao fato inúmeros fatores, como por exemplo, a movimentação do PIB durante os anos 1990 (momento de maior generalização da neoliberalização), em contraposição com momentos posteriores, bem o demonstram que o crescimento estivado não foi alcançado. Além disso, os dados sobre as condições de trabalho e de vida no período neoliberal refletiram múltiplos efeitos negativos. As condições de trabalho e de vida, a exemplo do que vem demonstrando o Brasil são poucos satisfatórias.

Ademais, há de se elencar que compreender a situação atual, bem como projetar o futuro requer a análise das situações passadas, na perspectiva de uma dinâmica que envolva os cidadãos e a proteção social emergente. O segmento trabalhador que movimenta a economia em seus mais diversos segmentos requer laços estreitos com os demais setores da economia. Para que assim a situação atual dos países latino-americanos possa unir as massas populares excluídas, as aos trabalhadores e os setores progressistas em prol dos avanços do processo de liberação nacional.

REFERÊNCIAS

ABELES, M.; AMARANTE, V.; VEGA, D. “Participación del ingreso laboral en el ingreso total en América Latina, 1990-2010”, Revista CEPAL, Santiago: CEPAL, v. 114, p. 31-52, Diciembre 2014.

ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo.” In: BORÓN, Atílio; SADER, Emir. Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-23.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (ACD). Brasília: ACD, 2017. Disponível em: . Acesso em: 18

de setembro de 2017. BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Focus – Relatório de Mercado. 17 de novembro de 2017. Brasília: BRASIL/BCB, 2017.

BORON, A. A. “Estado”. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Coord.). Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 57-83. CHAHAD, J. P. Z.;

POZZO, R. G. Mercado de trabalho no Brasil na primeira década do século XXI: evolução, mudanças e perspectivas: demografia, força de trabalho e ocupação. Informações FIPE, p. 13-32, maio 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). “Panorama Social da América Latina.” Brasília: CEPAL, 2016c.

COSTA, J. D. O Brasil na conjuntura atual: desafios e oportunidades. Campinas, IE/UNICAMP: Mimeo, 2017.

FERNANDES, F. A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.

HARVEY, D. “Do Fordismo à Acumulação Flexível.” In: HARVEY, David. Condição PósModerna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14^o ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBBSAWM, E. “As décadas de crise.” In: HOBBSAWN, Eric. A era dos extremos: O breve século XX 1914-1991. 2^o ed. Rio de Janeiro : Companhia das Letras, 2001. INSTITUTO

OCDE/CEPAL/CAF. “Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventud, competencias y emprendimiento.” OECD Publishing, Paris 2016.

OLIVEIRA, F. “Balanço do neoliberalismo.” In: GENTILI, P.; SADER, E. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). “Panorama Laboral 2016 de América Latina y el Caribe.” Lima: OIT, 2016a. . “Perspectivas sociales y del empleo en el mundo. Tendencias 2017.” Ginebra: OIT, 2016c.

BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. O próximo celeiro global: Como a América Latina pode alimentar o mundo: Um chamado à ação para o enfrentamento dos desafios e a busca de soluções. Disponível em: www.iadb.org/foodsecuritystudy. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe – “Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso.” 1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA, 2016.

ROSENMAN, M. R. “Neoliberalismo.” In: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. (Coords.). Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Laboratório de Políticas Públicas; Boitempo Editorial, 2006, p. 112-137.

SADER, E. A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

TOSONI, G. A. “Participación salarial y crecimiento económico en América Latina, 1950-2011.” Revista CEPAL, v. 113, p. 42-60, agosto 2014. UNITED NATIONS. “World Population Ageing Report 2015”. New York: 2015.

VARGAS, Juliano; COSTA, Jales Dantas da. Metamorfoses na América Latina e no Caribe em tempos neoliberais. Disponível em <http://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%205/82.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.